

Ass Const

Coluna do Castello

Ulysses tenta limpar a pauta

DEPOIS de ter enterrado o pacto social, o presidente da Câmara passou a ocupar espaços vazios na coordenação oficial, reunindo-se com líderes de todos os partidos para um exame objetivo da emenda constitucional de convocação do Congresso-Constituinte, apresentada pelo Presidente José Sarney e aprovada até aqui ao menos pela Conclat. O presidente da Câmara, segundo os indícios, parte para uma colocação séria do problema, ao demonstrar que, se o Governo não dispõe de dois terços para impor sua emenda, nenhuma outra força política ou partidária dispõe igualmente de mais de um terço para votar qualquer outra proposição.

Como a Constituinte não pode deixar de ser convocada, deve-se tomar como base o projeto emanado do Palácio do Planalto e negociar pormenores que não o afetem em substância. Ele sugeriu a criação de comissão congressional para tratar de matéria legislativa cujo funcionamento liberaria o grosso da assembléia para a exclusiva tarefa de elaborar uma Constituição. É uma sugestão, cuja adoção definitiva ficará pendente, porém, da própria Constituinte.

O líder Pimenta da Veiga quer descobrir em dois tempos a eleição de 1986, o que não alteraria em substância a natureza da disputa, pois os candidatos a governador, previamente lançados, comandariam a campanha com ou sem defasagem de datas. Melhor está fazendo o líder do PMDB ao procurar definir desde logo uma data para aprovação da emenda, depois de 20 de novembro, juntamente com a Emenda Itamar Franco que devolve a liberdade de crítica aos militares inativos desde que não revelem segredos militares.

Espera-se que o Sr Ulysses Guimarães tenha convencido os líderes de que a Constituinte autônoma é politicamente inviável neste momento, tanto quanto não alcançaria quorum emenda que proponha a reincorporação às Forças Armadas dos militares excluídos das fileiras depois de 1964, apesar de beneficiados por uma anistia que no seu caso apenas lhes devolveu direitos políticos.

O assunto passou a ser tratado assim séria e objetivamente, sendo de esperar-se desfechos das negociações inspirado no bom senso. A discussão continuará, marginalmente, pois a idéia da participação na forma de convocar a Constituinte assim como na própria matéria constitucional difundiu-se por obra e graça da OAB e da CNBB. O Governo mantém sua Comissão dos 50, dividida em quatro subcomissões, que, segundo a determinação do Sr Afonso Arinos, apresentará um anteprojeto que o próprio presidente da comissão estará elaborando para submeter à discussão interna e externa. O Deputado Alencar Furtado, por sua vez, comanda uma comissão parlamentar para suscitar e organizar o debate no âmbito de atuação de deputados e senadores.

Mas já temos até mesmo projetos completos, como o oferecido pelo PCB, o qual é tão abrangente que propõe solução até mesmo para o problema da dívida externa e sugere a alternativa parlamentarista. Esse projeto funda-se no chamado projeto Pontes de Miranda, uma peça já antiga mas tida como extremamente avançada. Mas, no terreno ainda do debate preliminar, temos mais. Os padres salesianos e as irmãs Filhas de Maria Auxiliadora divulgaram documento de apoio à realização de eleições distintas para o Congresso e para a Constituinte.

Também Osasco não se omitiu no debate. Sua Câmara Municipal fará, a partir de hoje, sessões extraordinárias em escolas de bairros para debater a Assembléia Nacional Constituinte e seus vereadores, tão empenhados estão no debate, que abriram mãos próprios jetons. Percebe-se que esse tipo de reuniões deve estar-se reproduzindo por todo o País sob inspirações diversas. O Sr Hermann Baeta, presidente da OAB, deve andar em alguma parte do país suscitando formas múltiplas de participação popular para ampliar a autenticidade de uma assembléia que, no seu entender, não encontraria legitimidade somente no voto popular.

Esperemos, portanto, que o esforço do Sr Ulysses Guimarães, assumindo a liderança de uma proposta que deveria estar sendo comandada a partir do Poder Executivo, de onde ela se originou, resolva o problema e até novembro tenha eliminado pelo menos a parte adjetiva do debate, definindo o processo de convocação do Congresso-Constituinte segundo a forma proposta pelo Presidente da República.